

ATA

53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DAS CIDADES

Data: 15, 16 e 17 de maio de 2024

Local: Auditório do Bloco E da Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

Data e horário de início: 15 de maio às 10h

Data e horário de término: 17 de maio às 17h20

Relatoria: Amanda Faria Lima (Vena Consultoria) e Rachel Benedet (Secretaria-Executiva do ConCidades)

Esta Ata refere-se às reuniões do Plenário do Conselho das Cidades ao longo da 53ª Reunião Ordinária do ConCidades. Assim sendo, as informações relativas às reuniões dos Comitês Técnicos e das Coordenações Executivas do Conselho constarão de atas ou relatórios próprios. Conforme art. 15 do Regimento Interno do ConCidades, a presente Ata foi aprovada pelo Plenário no âmbito da 54ª Reunião Ordinária do ConCidades, em 01 de agosto de 2024.

1º dia: 15 de maio

- Informes gerais
- Instituição da Comissão Coordenadora da 53ª Reunião Ordinária
- Pauta obrigatória
- Homenagem ao RS e conselheiros gaúchos
- Debate de Conjuntura
 - Apresentação do Campanha Despejo Zero
- Informes da CONJUR
 - Condutas vedadas a agentes públicos em período eleitoral
- Resoluções e Moções ConCidades
 - Andamento das aprovadas na 52ª RO
 - Votação das resoluções e moções não apreciadas na 52ª RO

2º dia: 16 de maio

- Reuniões dos Comitês Técnicos:
 - CT Saneamento Ambiental;
 - CT Mobilidade Urbana;
 - CT Periferias;
 - CT Planejamento e Gestão do Solo Urbano; e
 - CT Habitação.
- Reunião da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades
- Reunião da Comissão Coordenadora da 53ª Reunião Ordinária

3º dia: 22 de março

- Relato da Coordenação Executiva da 6ª CNC;
- Relatos e Deliberações.



DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES

1º DIA - 15 DE MAIO DE 2024

ABERTURA

A reunião foi iniciada pelo Secretário-Executivo do Conselho das Cidades, Sr. Bruno Tiburcio, dando início aos itens da pauta. O Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Sr. Helder Melillo, e o Secretário Nacional de Periferias, Sr. Guilherme Simões, compuseram a mesa posteriormente aos informes gerais.

INFORMES GERAIS

Foi registrada a necessidade de fortalecer a participação de alguns segmentos nas reuniões no Conselho, como do setor público estadual e municipal e do segmento empresarial. Assim, foi pedido que os conselheiros estimulem a participação dos diversos segmentos, promovendo maior diversidade no Conselho.

INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO COORDENADORA DO PLENÁRIO

Sobre esse tema, foi apresentada a função da Comissão Coordenadora das reuniões ordinárias do ConCidades e sua composição, de acordo com o Regimento Interno. Na sequência foram coletados os nomes dos representantes para compor a Comissão Coordenadora da 52ª Reunião Ordinária, indicados por unanimidade pelos segmentos:

SEGMENTO	REPRESENTANTE
Poder Público Federal	Bruno Tiburcio (SECONCID)
Poder Público Estadual	Bruna Motta (Governo do RJ)
Poder Público Municipal	Moema Gramacho (FNP)
Movimentos Populares	Cleide Coutinho (MNLN)
Empresários	Herivelto Bastos (ANAMACO)
Trabalhadores	Vagner Baqueta (CTB)
Profissionais e Academia	Luis Guilherme Kolle (AEAMESP)
ONGs	Valério da Silva (Fundação Bento Rubião)
SNH	Andiara Campanhoni

SNSA	Jamaci Avelino
SEMOB	Antonio Espósito
SNP	Samia Nascimento Sulaiman
SNDUM	Luiz Paulo de Oliveira Silva

APROVAÇÃO DA PAUTA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A pauta da reunião foi apresentada pela Secretaria-Executiva do ConCidades.

Foi proposto que fosse elaborado um documento de solidariedade do Conselho ao povo do Rio Grande do Sul e que a situação do Rio Grande do Sul seja um ponto de pauta da próxima reunião ordinária, com a proposição de ações e posicionamentos diante da crise no estado.

A pauta foi aprovada por unanimidade.

HOMENAGEM AO RS E CONSELHEIROS GAÚCHOS

O Secretário-Executivo do Ministério das Cidades inicia sua fala reforçando sua solidariedade ao estado do Rio Grande do Sul, diante da situação de emergência instaurada. Foram expostas as ações de prevenção a desastres desenvolvidas pelo Ministério das Cidades, como PAC Cidades Resilientes, Minha Casa e Minha Vida para pessoas afetadas por desastres, Política Nacional da Defesa Civil, entre outras. Para os próximos meses, foi afirmado que serão apresentadas medidas de prevenção a desastres em todo o país, com enfoque nas pessoas que vivem nas periferias e áreas de risco.

Na sequência, os Conselheiros do Rio Grande do Sul fizeram suas falas sobre a situação no estado e apresentaram propostas de ações no âmbito do Conselho das Cidades. Foi defendida a necessidade de um amplo diálogo com todas as áreas do governo federal, com destaque para o Ministério das Cidades. A base para as ações de reconstrução do estado deve partir da inclusão das cooperativas e movimentos do Rio Grande do Sul, para pensar em alternativas sustentáveis para as cidades de forma coletiva. De modo geral, os conselheiros demandaram e sugeriram as seguintes ações para o Conselho em relação à crise no Rio Grande do Sul:

- O acompanhamento das ações de reconstrução do estado do Rio Grande do Sul pelo Conselho das Cidades, bem como de todos os recursos públicos investidos nessas ações;
- A elaboração de um relatório de todo o recurso do Ministério das Cidades que está sendo destinado ao estado do RS para que os Conselheiros possam acompanhar e monitorar;



- A criação de um comitê de crise do ConCidades sobre a situação do RS para acompanhar e monitorar as ações e investimentos feitos para a reconstrução do Estado, fortalecendo a participação e controle popular; e
- A importância da prorrogação dos prazos das etapas municipais, estaduais e federal da Conferência das Cidades, diante da situação no RS.

As ações relatadas pelo Secretário-Executivo para o enfrentamento da crise e reconstrução do RS foram:

- Reuniões diárias entre o Presidente e os diversos Ministérios;
- Após a primeira fase de salvar vidas e resgates, inicia-se a fase de apoio com itens básicos à população. A terceira etapa será a de limpeza;
- Antes da reconstrução, está sendo feito um diagnóstico sobre a situação atual e identificar as áreas de reconstrução. O diagnóstico subsidia o planejamento das ações de reconstrução;
- A ampliação do diálogo com a população é uma das prioridades para a atuação do Ministério das Cidades;
- O planejamento preciso das ações é essencial para que o investimento dos recursos atenda às reais necessidades;
- Será aberto um canal específico para as Prefeituras solicitarem apoio ao Ministério das Cidades sobre necessidades habitacionais;
- Haverá suspensão no pagamento das parcelas dos financiamentos habitacionais do MCMV pela Caixa; e
- Sobre a Conferência Nacional das Cidades, afirma que o Ministério está pronto para realizá-la em novembro, no entanto, não vê como possível realizar sem a presença do estado e municípios do RS.

DEBATE DE CONJUNTURA: APRESENTAÇÃO DO CAMPANHA DESPEJO ZERO

Antes do início do debate, foi aprovado por maioria, com uma abstenção, a delegação de responsabilidade pela elaboração de proposta de novo cronograma da 6ª Conferência Nacional para a Coordenação Executiva da 6ªCNC.

Na sequência, teve início o debate sobre a Campanha Despejo Zero. As diversas organizações e movimentos que compõem a iniciativa apresentaram um balanço da Campanha Despejo Zero, que teve início há 04 anos, reforçando a importância dessa campanha como movimento de resistência contra os



despejos em todo o país. Na fala, é destacada a importância de atualização da pauta de luta contra os despejos diante dos diversos refugiados climáticos em todo o país, tendo sua expressão mais atual e dramática a situação no RS. Também houve destaque para a instalação de um departamento de mediação e resolução de conflitos fundiários no Ministério das Cidades, diante da intensificação dos conflitos e despejos em todo o país.

INFORMES DA CONJUR: CONDUTAS VEDADAS A AGENTES PÚBLICOS EM PERÍODO ELEITORAL

A Consultora Jurídica do Ministério das Cidades, Sra. Fernanda Rodrigues de Moraes, apresentou informe sobre as condutas vedadas aos agentes públicos durante o período eleitoral, considerando que os conselheiros do ConCidades são agentes públicos e o contexto de realização das Conferências das Cidades estaduais e municipais. Foi reforçada a questão central que orienta a vedação de certas condutas nesse período: o agente público não pode desequilibrar o pleito eleitoral, por isso a necessidade de atenção por parte dos conselheiros ao exercerem esta função pública. Sendo assim, os conselheiros que desejam concorrer a cargos públicos devem solicitar afastamento do ConCidades durante o período eleitoral.

APROVAÇÃO DA ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A Secretaria –Executiva do ConCidades apresentou o documento da ata da 52ª Reunião Ordinária, que foi aprovado por maioria, com duas abstenções.

2º DIA - 16 DE MAIO DE 2024

Foram realizadas reuniões dos Comitês Técnicos do ConCidades no período da manhã (até as 13h) e no período da tarde ocorreram reuniões da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades e da Comissão Coordenadora da 53ª Reunião Ordinária.

3º DIA - 17 DE MAIO DE 2024

O terceiro dia de encontro do Conselho iniciou com a finalização da reunião da Coordenação-Executiva da 6ª CNC e, após sua finalização, seguiu para as pautas do plenário do Conselho.

RELATO DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DA 6ª CNC

A reunião foi iniciada com a apresentação do balanço das ações realizadas pela Coordenação Executiva da 6ª CNC, incluindo atualizações sobre todas as Comissões Nacionais, e relato dos trabalhos do dia anterior. Na ocasião, a coordenação realizou oficina para mapeamento e validação das ações



necessárias a serem feitas para a execução da Conferência em todas suas etapas, bem como discutiu e deliberou sobre a proposta de novo cronograma para a Conferência.

Na sequência foi apresentada a proposta de cronograma pela Coordenação Executiva da 6ªCNC, que prevê os novos prazos:

- Etapa Municipal: de 15 de abril de 2024 a 30 de abril de 2025 (respeitando-se o regimento interno da conferência estadual);
- Etapa Estadual e do Distrito Federal: de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025; e
- Etapa Nacional: até 31 de agosto de 2025, com data a ser definida por Resolução do Conselho das Cidades.

A proposta apresentada pela Coordenação Executiva foi aprovada por maioria, um voto contra e três abstenções, com destaque para alteração da Etapa Nacional até 31 de agosto de 2025, o que foi aprovado por maioria com 3 abstenções.

Na sequência, foi apresentada a proposta de Portaria para alteração do Regimento Interno da 6ª CNC, que contempla, de forma resumida:

- As Conferências Municipais não poderão ocorrer durante o período de defeso eleitoral municipal, que vai de 6 de julho de 2024 a 6 de outubro de 2024, ou até 27 de outubro nos municípios onde houver segundo turno;
- Recomenda-se que as convocações já realizadas sejam mantidas sempre que possível;
- O Ministério e o Conselho das Cidades enfatizam a importância da união e compreensão de todos neste momento desafiador, expressando apoio e solidariedade às vítimas das catástrofes climáticas no Rio Grande do Sul; e
- As alterações constam na Portaria MCID nº 534, de 7 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial da União.

A proposta de Portaria apresentada foi aprovada por unanimidade, e na sequência foram votados os destaques no seu texto, aprovados por maioria simples.

RESOLUÇÕES E MOÇÕES DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA

A Secretaria-Executiva do ConCidades retomou a palavra e submeteu para análise e votação pelo Plenário as resoluções que não haviam sido analisadas na última reunião. Foi ressaltado que essas propostas, encaminhadas pelo CT



Mobilidade Urbana, já haviam sido objeto de discussão na última reunião, sendo apenas necessária a sua convalidação pelo pleno.

- **Moção de apoio** ao Projeto de Lei nº 2.789/2023 que altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), com sugestão de desapensação em relação ao Projeto de Lei nº 920/2015 visando permitir sua possível tramitação e sua aprovação. Resolução **aprovada por maioria pelo Plenário, com duas abstenções**;
- **Moção de apoio** ao início da tramitação legislativa do Projeto de Lei do Marco Legal do Transporte Público Coletivo. Resolução **aprovada por maioria pelo Plenário, com uma abstenção**;
- **Resolução Recomendada** - Recomendar a implementação da Estratégia Nacional de Promoção da Mobilidade por Bicicleta - Enabici à Casa Civil da Presidência da República, aos Ministérios do Meio Ambiente e Mudanças Climática, da Educação, da Saúde, da Indústria, Comércio e Serviços, do Esporte, da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Resolução **aprovada por unanimidade pelo Plenário**.

RELATOS E DELIBERAÇÕES DOS COMITÊS TÉCNICOS

CT Saneamento Ambiental

Inicialmente o Comitê explicou que as coordenações gerais da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental participaram da reunião do Comitê para discussão de pontos de dúvida e pontos de interesse dos participantes. Após as apresentações, foi discutido o Marco Legal do Saneamento Básico. A seguir são destacadas as propostas do CT:

- **Moção de repúdio** ao processo de privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP por se tratar de um ato que contraria os interesses da população de São Paulo, pois água não é mercadoria. A resolução foi aprovada por maioria, com dois votos contrários e uma abstenção, com o destaque da inclusão da menção à AGEPISA e ADESO-SE.

CT Mobilidade Urbana

A reunião do comitê teve como pauta: (i) a região metropolitana do Distrito Federal e entornos, (ii) apresentação sobre fontes de financiamento para a mobilidade urbana pela Frente Nacional de Prefeitos e Prefeitas e (iii) o processo seletivo do Novo PAC Mobilidade. Foi deliberado: (i) o convite para que a FNP participe do Comitê de Mobilidade, (ii) a pauta sobre fontes de financiamento apresentado pela FNP seja apresentada ao Plenário do



Conselho, (iii) o convite ao DIEESE para que apresente a situação dos fundos em próxima reunião do CT; e (iv) a pauta preliminar da próxima reunião.

Não foram construídas resoluções ou moções para apresentar ao Plenário.

CT Desenvolvimento Urbano e Metropolitano

Neste encontro foram discutidos (i) membros do GT-PNDU, (ii) andamento da proposta da PNDU, (iii) apresentação sobre o Plano Clima-Adaptação e (iv) demais assuntos. Foram apresentadas as propostas:

- **Resolução Administrativa** - Alteração da competência do GT-PNDU para incluir a discussão do Plano Clima Adaptação, sendo denominado GT PNDU+Plano Clima. A resolução foi **aprovada por unanimidade pelo Plenário**; e
- **Resolução Administrativa** - Criação de grupo de trabalho do Conselho das Cidades para atuar no controle social das políticas de reconstrução do Rio Grande do Sul – A resolução foi **aprovada por unanimidade pelo Plenário**.

CT Periferias

O relato do Comitê de Periferias não foi realizado, em razão do tempo, pois não houve proposta a ser encaminhada para apreciação do Plenário.

CT Habitação

O relato do Comitê iniciou destacando os principais temas discutidos, que foram: a conclusão da seleção do Programa MCMV Rural e Entidades, ações diante do desastre do Rio Grande do Sul e a necessidade de criação de um grupo de trabalho para discussão de conflitos fundiários. A seguir são destacadas as propostas:

- **Resolução Recomendada** - Criação de escritório local do Ministério das Cidades no Rio Grande do Sul para acompanhar as políticas públicas emergenciais de resposta e reconstrução no estado, bem como a ampliação do quadro técnico da Caixa Econômica Federal para providenciar maior agilidade na aprovação de projetos e liberação de recursos - Resolução **aprovada por unanimidade pelo Plenário**;
- **Resolução Recomendada** - Instituição de Fórum local do ConCidades no RS, composto por conselheiros e entidades de todos os segmentos do conselho - Resolução **aprovada por unanimidade pelo Plenário**;
- **Resolução Recomendada** - Criação de Força-Tarefa emergencial com o objetivo de realizar levantamento de todos os imóveis da União ociosos ou subutilizados no RS e destiná-los para atendimento às



famílias afetadas - Resolução **aprovada por unanimidade pelo Plenário**; e

- **Resolução Recomendada** - Criação de sistemáticas e disponibilização de recursos financeiros no governo federal para a seleção de profissionais de arquitetura e engenharia a serem contratados pelos municípios do Rio Grande do Sul, visando à construção de equipes locais para o trabalho de diagnóstico, projeto e execução de moradias, melhorias habitacionais e urbanísticas - Resolução **aprovada por unanimidade pelo Plenário**.

ENCERRAMENTO

Considerando o adiantado da hora, foi acordado que as demais resoluções e moções serão discutidas em uma reunião extraordinária virtual do Conselho.

Não foram apreciadas as seguintes propostas de resolução, encaminhadas pelo Comitê Técnico de Habitação:

- **Resolução Recomendada** - regulamentação do Programa Oferta Pública Sub 80;
- **Resolução Recomendada** - inserção de profissional de engenharia e/ou arquitetura na equipe de trabalho social; e
- **Moção de repúdio/desagravo** às soluções emergenciais que violam o direito à cidade em Porto Alegre.

Ademais, também **não** foi apreciada a seguinte proposta de moção, encaminhada pelos segmentos do plenário:

- **Moção de repúdio** ao projeto do novo centro administrativo do governo do estado de São Paulo.

